



O PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO NO MS: RECORTE HISTÓRICO

Vanessa Nogueira Santos (UFGD)

Rafael Martins Noriller (UFGD)

RESUMO

O trabalho tem por objetivo verificar como se comportou o poder de compra do salário mínimo no Mato Grosso do Sul entre os anos de 2013 e 2023, levando em consideração os índices inflacionários mais conhecidos no Brasil, o IPCA e o IGP-M. A coleta de dados considerou despesas básicas, energia elétrica, cesta básica, água e outrem. Os resultados reportaram que a energia elétrica apresentou um aumento real maior que 40% no período de análise, seguido pela cesta básica com aproximadamente 9% (considerando IPCA) e o salário mínimo com perda de poder de compra (considerando o IGPM). Conclui-se que o salário mínimo não está acompanhando, em sua maioria, os preços dos produtos básicos para o cotidiano.

Palavras-chave: IPCA; IGPM; Salário Mínimo; Energia Elétrica.

Área Temática: Outras áreas.



1 INTRODUÇÃO

O salário mínimo definido como remuneração obrigatória e de direito do trabalhador, com vínculo empregatício refere-se ao menor salário que o empregador pode pagar para um funcionário. Sendo este, estabelecido por lei e reavaliado todos os anos considerando a garantia de renda que atenda às necessidades básicas, levando em consideração a inflação e o aumento do custo de vida ao passar dos anos. O reajuste salarial também é de extrema importância para a economia do país já que efetivamente atende e estimula o consumo, logo, o principal objetivo do reajuste salarial é manter o poder de compra do consumidor (Flores, 2017).

O poder de compra se refere a capacidade de adquirir bens e serviços por um determinado valor, é possível fazer a comparação se o poder de compra aumentou ou diminuiu com o passar dos anos, em determinado país, observando o valor de determinado produto e suas variáveis de preço. (Assaf Neto, 2022).

A inflação determina a diminuição do valor da moeda, logo, o seu poder de compra conforme o tempo. Assim, quando é necessário dispor de mais dinheiro para adquirir determinado bem ou serviço que anteriormente era mais barato, o poder de compra diminuiu. A inflação é o principal fator a impactar a diminuição do poder de compra de uma moeda o consumo e aumento da população resulta no aumento de demanda frente a oferta, resultando o aumento dos preços de bens e serviços impactando diretamente a classe trabalhadora, que encontra a necessidade de um reajuste em sua remuneração (Higino, 2021).

Nesse contexto, podemos analisar se o salário mínimo no Mato Grosso do Sul nos últimos anos conseguiu atender ao consumo básico, e manteve o poder de compra do trabalhador em relação as despesas do cotidiano. Devemos considerar, a inflação para analisar o poder de compra em relação ao trabalho, já que esta é definida como o aumento contínuo dos bens e serviços na economia. A inflação é medida por índices, sendo uns dos principais e de enfoque nesse trabalho o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), essa é a medida oficial de inflação no Brasil, que irá refletir a queda do poder de compra da moeda no país e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), índice que é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE).



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Segundo o IBGE (2023), a inflação é causada pela alta demanda no mercado, aumento dos custos de produção, expectativas inflacionárias, aumento da circulação e emissão da moeda, resultando então da necessidade do aumento dos preços dos produtos, sequencialmente então aumentando a necessidade de maior remuneração dos trabalhadores.

Nesse trabalho, foram considerados autores que acreditam na política do salário mínimo e sua relação com o poder de compra do trabalhador, girando a economia. Como Milton Friedman (1963) menciona em seu trabalho "*A Monetary History of the United States*", onde aborda a relação entre oferta de moeda, inflação e poder de compra, o livro discute a política monetária na economia dos Estados Unidos até o século XX.

Segundo o Decreto-Lei 399, de 1938, no governo de Getúlio Vargas, o salário mínimo deveria ser o suficiente para prover alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene e transporte ao trabalhador, porém com o aumento constante dos preços de produtos e serviços, causados por motivos já apresentados acima, o salário real dos trabalhadores deve ser ajustado devidamente para abater a inflação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, um total de 122,06 milhões de pessoas (60,1%) recebem, no máximo, um salário mínimo no Brasil e segundo levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) poder de compra do Brasil é de US\$ 497 em 2023, esse ranking considera a moeda de 105 países e compara o valor necessário para a compra de um mesmo produto. O Brasil é apontado na 51ª colocação do ranking, apresentando um poder de compra não satisfatório considerando o fato que em 2023, pelo levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), o país configurou a 9ª maior economia do mundo. Levando em consideração esses tópicos, assim surge o seguinte problema de pesquisa: O salário mínimo conseguiu manter o poder de compra dos brasileiros, no estado do Mato Grosso do Sul, nos últimos anos?

Considerando a problemática listada, esse estudo propõe verificar como se comportou o poder de compra do salário mínimo no MS entre os anos de 2013 e 2023, levando em consideração os índices inflacionários mais conhecidos no Brasil, o IPCA e o IGP-M. Visto a forma que essa problemática acaba influenciando na contabilidade, como custos de mão de obra, onde empresas precisam considerar o



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

salário mínimo e seus ajustes ao calcular seus custos de mão-de-obra e ajustes frequentes podem exigir revisões nos orçamentos e previsões financeiras, as organizações devem garantir que estão em conformidade com as regulamentações relacionadas ao salário mínimo, evitando problemas legais e multas. A contabilidade deve refletir as alterações no salário mínimo para garantir a precisão nos relatórios financeiros. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2023).

Diante disso, o tema se torna importante no cotidiano observando a capacidade do salário mínimo se dispor da necessidade da população do MS, porém levando em consideração fatos econômicos existentes no país e no mundo, esse é um dos principais determinantes da condição de vida material da grande maioria da população brasileira, construindo também a ideia do poder aquisitivo em determinado espaço de tempo, percebendo se é possível adquirir produtos de fundamental subsistência no país.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O salário mínimo

Como já mencionado o salário mínimo foi implementado no Governo Getúlio Vargas em 1936, conforme o artigo da Lei:

Art. 1º Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (Brasil, 1936).

Essa lei trouxe a garantia do salário mínimo, porém o mesmo passou por fases favoráveis e fases de quedas, e ainda em 1936 o salário mínimo tinha diferentes valores a depender do local e até funções.

Tempos depois, essa garantia de correção do salário mínimo foi reforçada na constituição federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso IV, “[...] capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo [...]” (BRASIL, 1988).



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Para Reis e Ramos (1993), o salário mínimo como já citado nesse estudo deve atender as necessidades básicas do trabalhador, valorizando seu trabalho e que seja compatível com a realidade:

“(...)Como instrumento de combate à pobreza e de melhoria na distribuição de renda, o salário mínimo deve ter a sua eficácia avaliada a partir de uma análise de seus custos e benefícios sociais”. (Reis; Ramos, 1993, p. 2).

Já para Gardner Ackley, 1978, um aumento forçado dos salários acima de índices inflacionários ou da correção monetária por conta, por exemplo, da pressão sindical, poderia ser repassado aos preços, alimentando a inflação. Ou seja, a ligação demanda e preço é direta, a oferta e demanda andam juntas, por isso o ajuste salarial deve ser interligado com a inflação. Durante seu tempo no governo como presidente do Conselho de Assessores Econômicos dos Estados Unidos de 1964 a 1968, Ackley enfrentou questões econômicas importantes, incluindo a preocupação com a inflação e o desemprego, o que fez interligasse os efeitos da inflação conforme a renda dos trabalhadores.

O gráfico a seguir retratará em valores nominais da remuneração mínima dos trabalhadores Brasil no período de 2013 a 2023.



Gráfico 1 – Salário mínimo nominal.

Fonte: Elaboração própria através de dados do site Portal Contábeis (2023).

A pesquisa desse trabalho considerou os anos de 2013 a 2023, para realizar o levantamento, levando em consideração a mudança de presidente do país em 4 situações: Dilma Rousseff (2013 – 2016); Michel Temer (2016 – 2019) e Jair



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Messias Bolsonaro (2019 – 2022) e Luiz Inácio Lula da Silva (2023). Fato esse que afeta diretamente a economia do país, pois segundo o Supremo Tribunal Federal (STF) o chefe de estado que decreta a política de valorização do salário e seu ajuste. Podemos observar que em 2016, o salário mínimo no Brasil obteve o maior aumento, chegando a 11,68% de crescimento.

A relação entre o salário mínimo e a inflação, através da política de aumento do salário mínimo, tem o seu marco no ano de 2004, em virtude das centrais sindicais em um movimento único onde aplicaram uma campanha de valorização de salário mínimo, onde um de seus resultados foi resultado a conquista da política permanente de valorização do salário mínimo do ano de 2007 até 2023. (DIEESE, 2008).

Em 2013, já no mandato de Dilma Russef, o salário mínimo era no valor de R\$ 678,00, e 9,00% de aumento em relação a 2012. Posteriormente, no segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff com seu fim em 2016 o salário passou de R\$ 788,00 para R\$ 688,00 em 2016, o ganho real acumulado nesse período foi de 11,68% em percentual de aumento, porém considerando seu aumento real atingiu 0,36%, considerando a taxa anual do INPC. (DIEESE, 2017).

Já em 2017, ano completo de governo Temer, o valor do salário mínimo se situava em R\$ 937,00, e em 2018, o salário mínimo passou a valer R\$ 954,00, valor esse que resultava do acréscimo de 1,81% dos R\$ 937,00 do ano anterior, sendo assim era inferior à variação anual do índice nacional de preços ao consumidor, calculado pelo IBGE, que em 2017, finalizou em 2,07%. (DIEESE, 2018). Na mesma linha, em 2019 em governo Bolsonaro, o valor era de R\$ 998,00 e esse valor representa os 4,61%. (DIEESE, 2019). Em 2023, no primeiro ano do terceiro mandato de e Luiz Inácio Lula da Silva, o salário mínimo configurou em R\$1.320,00 em maio do mesmo ano. Valor esse que demonstrou um aumento de 8,91%, onde a inflação do ano anterior configurou em 5,9%, obtendo um aumento real de 3,01%. (DIEESE, 2023).

O poder de compra diz respeito a capacidade de adquirir produtos e serviços. Em função de fatores como a inflação, os preços variam ao longo do tempo e afetam diretamente o bolso da população. E mesmo com a valorização do salário mínimo em cada ano, a redução do poder aquisitivo ainda pode acontecer, caso essa



evolução nos rendimentos não cresça na mesma proporção, sendo que esse reajuste necessário impacta, de forma direta, em todos os setores da sociedade. (Medeiros ,2015).

2.2 A inflação

Segundo o IBGE, o propósito do IPCA é medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos pela população, os resultados irá comprovar se houve diminuição ou aumento mensal. Essa cesta em questão é definida pelo IBGE, sobre o que a população consome e o quanto de rendimento familiar é efetivamente gasto com esses produtos. O IPCA engloba uma grande parcela da população, levando em consideração as famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos. O IPCA é indicador oficial da inflação no Brasil, a seguir temos a tabela de variação acumulada no ano durante o período da pesquisa (%).



Gráfico 2 – IPCA

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE (2023).

Por sua vez, o IGP-M é o indicador de inflação amplamente usado na fórmula paramétrica de tarifas públicas, como energia elétrica e telefonia, contratos de aluguel entre outros (FGV, 2023). Em tempo, é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE). Para Lopes (1985), entre todos os índices publicados na revista Conjuntura Econômica, publicados



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

pela Fundação Getúlio Vargas, o Índice Geral de Preços (IGP) conquistou a posição importante e considerável de indicador do Brasil, considerando um acréscimo nos últimos anos.

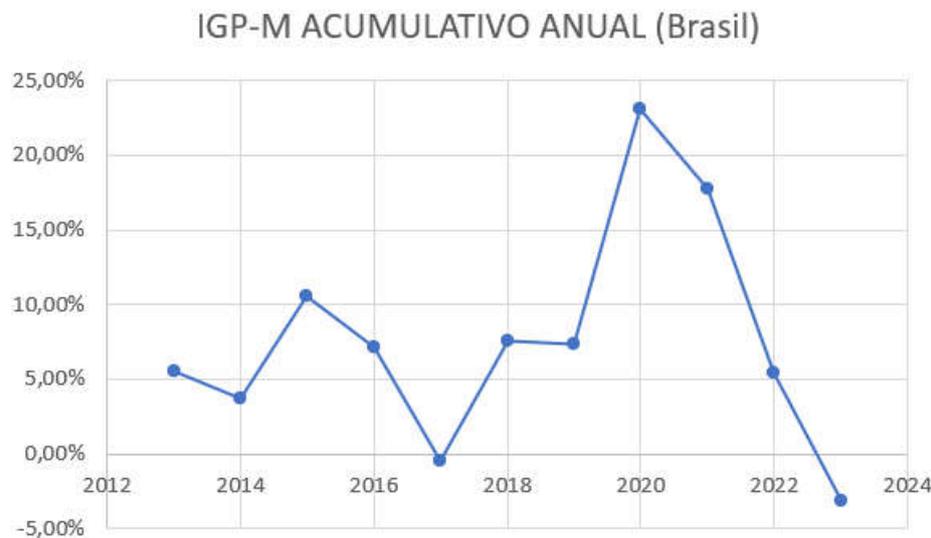


Gráfico 3 – IGP-M, Índice Geral de Preços – Mercado (2010 – 2020).

Fonte: elaboração própria com dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas, 2023).

É possível verificar uma relação indireta entre o salário mínimo e a inflação, o salário precisa crescer acima da inflação para que o cidadão ganhe poder de compra, como aconteceu no ano de 2023, a variação do salário (Nominal), foi 3,01% em relação a inflação, classificando-se assim como o aumento real do salário mínimo. Percebemos a importância de o salário ser ajustado anualmente, pois a inflação está sempre em constância, para garantir de fato a estabilidade econômica do país, e claro, a qualidade de vida das pessoas.

O governo também pode atuar na política fiscal, ou seja, no orçamento público e na carga tributária, para influenciar a demanda e os preços, o governo também é responsável por fixar o valor do salário mínimo e reajustá-lo regularmente (Araujo, 2017), devendo levar em consideração diversos fatores econômicos, como padrão de vida, poder de compra, Banco Central (BACEN), economia e a inflação.

Segundo Brigham (2016, p. 117), “um dólar na mão hoje vale mais do que um dólar a ser recebido no futuro”. Termo esse que implica na perda da valorização



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

do dinheiro no passar dos anos, por uma série de fatores já citadas, o poder de compra deve ser levado em consideração pois implica na relação tempo e dinheiro, podendo fazer a comparação de valor presente, valor futuro e tempo.

Keynes, afirma em seu livro "*The Economic Consequences of the Peace*" (1919), que por meio de um processo contínuo de inflação, os governos podem confiscar, secretamente e despercebidos, uma parte importante da riqueza de seus cidadãos, e com isso se torna necessário que o governo trabalhe para que o reajuste da remuneração consiga combater a inflação, para que a economia caminhe integralmente em conjunto com a sociedade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de forma descritiva. Conforme Gil (2019), esse tipo de pesquisa pretende descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. O estudo apresentado se classifica com abordagem quantitativa, sendo mensurado em números, que são classificados e analisados (Richardson, 1989), e teve foco em estudos relacionados aos valores apresentados pelos órgãos responsáveis pela divulgação dos próprios (Inflação acumulada e salário mínimo), e de natureza básica, afim de apresentar novos conhecimentos para a ciência (Ramos; Ramos; Busnello, 2005).

A amostra do trabalho é classificada em não-probabilística, tanto a escolha da amostra quanto do tema, foi pela sua relação a acessibilidade e pela representação econômica e social do estudo, visto necessário a importância de utilizar o estudo para analisar a perspectiva de como a economia do país lidou com os índices de inflação e o impacto na maioria da sua população, o consumidor com a remuneração mínima. A amostra para estudo se baseia nos valores nominais do salário mínimo no período de 2013 a 2023, e os índices de inflação pelo IPCA E IGP-M do mesmo período.

Haja vista, que no estudo foi utilizado como base de dados para a composição do trabalho os dados oficiais fornecidos pelos órgãos Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e departamento Intersindical de Estatística e Estudos



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Socioeconômicos (DIEESE), onde estes disponibilizam tais informações em sites de cada portal.

Os dados analisados foram transformados em gráficos e infográficos para melhor visualização. Assim, os dados foram cruzados e analisados, para atender a necessidade da pesquisa, e responder o seu objetivo principal.

A partir das informações obtidas, foram elaborados cálculos e tabelas em planilha eletrônica com o auxílio do software Microsoft Excel, possibilitando a descrição de dados e organização de informações. Para a conclusão deste trabalho, as informações de maneira sensata foram obtidas através cálculo de retorno Nominal e retorno Real, onde esse ajuda a entender se o rendimento está superando a inflação mantendo ou aumentando o poder de compra do investidor.

A rentabilidade nominal engloba o rendimento total do investimento, sem subtrair despesas com taxas e Imposto de Renda, e não considera a inflação. (Assaf Neto, 2009). Puccini (2022) ressalta que a taxa de juros nominal amplamente utilizada no mercado não representa a taxa de juros efetiva, justamente por não considerar efeitos inflacionários. A fórmula para calcular a rentabilidade nominal é a seguinte:

$$\text{Retorno Nominal} = \frac{\text{Valor Final} - \text{Valor Inicial}}{\text{Valor Inicial}} \times 100\%$$

Onde:

Valor Final: o valor da variável ao final do período

Valor Inicial: valor da variável no início do período.

O retorno real, ou taxa de retorno real, difere ao descontar a inflação dos rendimentos. Essa métrica ilustra ao investidor o desempenho do seu capital em relação à inflação acumulada em um período. Essa análise possibilita avaliar se o poder de compra do investidor aumentou ou diminuiu devido à inflação. Se o retorno real for igual ou superior a zero, indica que o investidor está efetivamente protegendo seu capital da inflação. (Assaf Neto, 2009). A fórmula para calcular a rentabilidade real é a seguinte:

$$\text{RETORNO REAL} = \frac{(1+RN)}{(1+\text{INFLAÇÃO})} - 1$$



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Onde:

RN: Retorno nominal

Inflação: inflação acumulada no período

Para melhor realizar este estudo, foi organizada uma tabela com os índices de inflação a serem analisados do período, levando em consideração os dois índices apresentados nesse trabalho, visto que a taxa de inflação significa um valor percentual pelo qual um determinado valor presente terá menor poderio de valor em períodos futuros (KEYNES, 2012). A tabela 1 evidencia as taxas de inflação do período analisado.

Tabela 1- Índices de inflação acumulada do período.

Ano Referência	Varição acumulada IPCA %	Varição IGP-M %
2013	5,91%	5,53%
2014	6,41%	3,67%
2015	10,67%	10,54%
2016	6,29%	7,19%
2017	2,95%	-0,53%
2018	3,75%	7,55%
2019	4,31%	7,32%
2020	4,52%	23,14%
2021	10,06%	17,78%
2022	5,79%	5,45%
2023	4,62%	-3,18%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da FGV e IBGE (2024).

Foram consideradas 5 despesas básicas necessárias, para comparar o poder de compra do salário mínimo em relação com despesas do cotidiano, sendo elas: Energia elétrica, Combustível (gasolina), Água, Esgoto e cesta básica, onde é incluso produtos de alimentação; higiene e limpeza. A população que recebe um salário mínimo no Brasil se encontra na faixa de gastos baixos, onde a maior parte da renda é destinada a necessidades básicas e essenciais, devido a isso foram consideradas gastos mínimos das despesas em média no país. Na Tabela 2 foi considerado o mesmo gasto em quantidade verificando o início do período de análise (2013) e ao seu final (2023).



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Tabela 2- Despesas do cotidiano em dois períodos no MS.

Despesa	2013	2023
Combustível (Gasolina) (R\$/L)	R\$ 2,98	R\$ 5,58
Energia Elétrica (PMEH) (R\$/MWh)	R\$ 70,08	R\$ 220,80
Cesta básica (R\$)	R\$ 318,40	R\$ 768,61
Água (tarifa - consumo de M3 na faixa 31 a 50 M3)	R\$ 5,69	R\$ 12,60
Esgoto (tarifa - consumo de M3 na faixa 31 a 50 M3)	R\$ 3,41	R\$ 6,30

Fonte: Elaborada pela autora (2024), com dados do IBGE, Empresa de saneamento de Mato Grosso do Sul S/A e Aneel.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico dedica-se à apresentação e análise de resultados obtidos através dos processos descritos no capítulo de Metodologia, onde foi verificado os valores do salário mínimo no Brasil no período de 2013 a 2023, onde é abordada a evolução do poder de compra sobre os índices de inflação IPCA e IGP-M, levando em consideração algumas despesas do cotidiano.

Para compreender o poder de compra do Salário Mínimo ao longo dos anos, construiu-se a tabela 3 que contém o Salário mínimo em valores nominais. Na tabela 3 estão expostos os dados utilizados para o estudo, referente aos valores do salário mínimo do período analisado e seu aumento nominal em cada ano:

Tabela 3 - Valores nominais do salário mínimo

Ano referência	Valor do salário mínimo	Reajuste nominal %
2013	R\$ 678,00	9%
2014	R\$ 724,00	6,78%
2015	R\$ 788,00	8,84%
2016	R\$ 880,00	11,68%
2017	R\$ 937,00	6,48%
2018	R\$ 954,00	1,81%
2019	R\$ 998,00	4,61%
2020	R\$ 1.039,00	4,11%
2021	R\$ 1.100,00	5,26%
2022	R\$ 1.212,00	10,18%
2023	R\$ 1.320,00	8,90%

Fonte: Elaborada pela autora através de dados do site Portal Contábeis (2024).

A análise dos dados referentes ao período em questão revela variações significativas nas taxas de aumento de três indicadores econômicos importantes: o Salário Mínimo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). O Salário mínimo obteve no período um aumento acumulado de 94,69%, já o IPCA configurou no período um aumento acumulado de



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

88%, o IGP-M um aumento de 120%, refletindo uma pressão inflacionária maior em comparação com o IPCA.

O crescimento nominal do Salário Mínimo (94,69%) supera o aumento do IPCA (88%), sugerindo que, embora o custo de vida tenha aumentado, a valorização do salário mínimo conseguiu, em parte, compensar a inflação medida por este índice. No entanto, o aumento do IGP-M (120%) foi superior tanto ao aumento do Salário Mínimo quanto ao do IPCA. Essa discrepância indica que a pressão inflacionária em níveis mais amplos, incluindo custos de produção e serviços, teve um impacto maior que o aumento proporcionado pelo salário mínimo.

Foi aplicada a fórmula de retorno nominal em cada uma das variáveis financeiras listadas. O conceito de retorno nominal é fundamental para a análise econômica e financeira, é a taxa de crescimento de um investimento ou de uma variável financeira em termos monetários, sem descontar o impacto da inflação.

Tabela 4- Retorno Nominal aproximado das variáveis

Despesa	Retorno Nominal
Combustível (Gasolina) (R\$/L)	87,25%
Energia Elétrica (PMEH) (R\$/MWh)	215,07%
Cesta básica (R\$)	141,40%
Água (tarifa - consumo 31 a 50 M3)	121,44%
Esgoto (tarifa - consumo 31 a 50 M3)	84,75%
Salário Mínimo	94,69%

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar os resultados obtidos com a aplicação da fórmula de retorno nominal, observamos que a energia elétrica se destacou como a variável com o maior retorno nominal, atingindo um impressionante crescimento de 215,07%. Esse valor indica que, ao longo do período analisado, o custo da energia elétrica mais que dobrou, representando um aumento significativo em termos brutos. Seguindo a energia elétrica, a cesta básica apresentou um retorno nominal de aproximadamente 141,40%, a água obteve um retorno nominal de 121,44%. Embora inferior ao da energia elétrica e da cesta básica, esse crescimento ainda é substancial, demonstrando que o custo desse recurso essencial também sofreu um aumento significativo no período analisado.



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Ao analisarmos o resultado do retorno nominal, observamos que o salário mínimo, com um retorno nominal de aproximadamente 94,69%, apresentou um aumento que superou apenas duas das cinco variáveis analisadas. Especificamente, o salário mínimo obteve um retorno nominal maior do que o dos combustíveis, que teve um crescimento de aproximadamente 87,25%, e o do esgoto, que registrou um aumento nominal de cerca de 84,75%. O fato de o salário mínimo ter superado apenas o combustível e o esgoto em termos de retorno nominal pode indicar que os ajustes no salário mínimo não foram suficientes para acompanhar a alta dos custos em outras áreas essenciais.

Também foi aplicada o cálculo de retorno real em todas as variáveis do estudo permitiu uma análise mais precisa dos resultados ao descontar os efeitos da inflação. Com isso, foi possível obter uma visão mais clara sobre o desempenho econômico das variáveis, focando no poder de compra e no valor efetivo dos retornos. Esse método revelou tendências mais realistas, contribuindo para uma conclusão fundamentada sobre a rentabilidade e resultados dos valores das variáveis ao longo do tempo.

Tabela 5- Retorno Real das variáveis.

Despesa	Retorno real considerando IPCA	Retorno Real considerando IGP-M
Combustível (Gasolina) (R\$/L)	-0,42%	-15,03%
Energia Elétrica (PMEH) (R\$/MWh)	67,55%	42,97%
Cesta básica (R\$)	28,37%	9,58%
Água (tarifa M3)	17,76%	0,48%
Esgoto (tarifa M3)	-1,75%	-16,17%
Salário Mínimo	3,53%	-11,66%

Fonte: Elaborada pela autora.

A análise dos retornos reais considerando o IPCA e o IGP-M nas diferentes categorias de despesa revela dinâmicas econômicas distintas, evidenciando como a inflação afetou essas variáveis. Iniciando com o combustível, tanto com base no IPCA quanto no IGP-M, os retornos são negativos, indicando uma queda no preço real da gasolina. No entanto, a queda é mais acentuada ao se utilizar o IGP-M (-15,03%), sugerindo que o preço do combustível não acompanhou o ritmo de alta desse índice.



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

O aumento significativo nos valores da energia elétrica no estado no período é evidente em ambos os indicadores, com um retorno real de 67,55% considerando o IPCA e 42,97% considerando o IGP-M. Isso aponta um aumento expressivo nas tarifas de energia elétrica, embora o impacto seja um pouco menor quando ajustado pelo IGP-M. Podemos então considerar que a energia elétrica subiu 67,55% acima da inflação (IPCA), que é o índice oficial no Brasil que reajusta o valor da energia elétrica, considerando assim um aumento expressivo nos dez anos.

A cesta básica apresenta um aumento relevante, especialmente quando corrigida pelo IPCA (28,37%) que também é seu indicador oficial no país, mas com um aumento menos expressivo ao considerar o IGP-M (9,58%). As tarifas de água mostram um aumento real de 17,76% pelo IPCA, enquanto, pelo IGP-M, o retorno é praticamente nulo (0,48%), indicando que os reajustes das tarifas de água estiveram mais próximos do comportamento do IGP-M, e não tiveram aumentos de valores tão consideráveis no período.

As tarifas de esgoto apresentaram quedas reais tanto pelo IPCA (-1,75%) quanto pelo IGP-M (-16,17%), sendo a queda muito mais acentuada quando ajustada pelo IGP-M, o que sugere que os reajustes nessas tarifas foram bem inferiores ao crescimento da inflação medida por esse índice.

Já no salário mínimo, primordial resultado de pesquisa apresentou um pequeno ganho real quando ajustado pelo IPCA (3,53%), mas apresentou uma perda significativa quando considerado o IGP-M (-11,66%). Isso indica que o aumento do salário mínimo não foi suficiente para acompanhar a variação do IGP-M, apresentando então um retorno negativo considerando esse índice, embora tenha ultrapassado a inflação registrada pelo IPCA.

No geral, as variações dos retornos reais mostram que as despesas essenciais, como energia elétrica e cesta básica, tiveram aumentos significativos em termos reais, principalmente considerando o IPCA. Contrariando, as categorias como esgoto e combustível registraram quedas acentuadas, especialmente quando o ajuste é feito pelo IGP-M. Já o salário mínimo, embora tenha tido algum pequeno aumento real pelo IPCA, perdeu poder de compra em relação ao IGP-M, o que demonstra uma disparidade na forma como os diferentes índices de inflação impactam os rendimentos e os custos básicos. Isso demonstra que o aumento do



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

salário mínimo não foi suficiente para acompanhar a variação do IGP-M, embora tenha superado a inflação medida pelo IPCA. Fica evidente que o retorno real do salário mínimo é insuficiente para cobrir despesas básicas da sociedade, como energia elétrica, cesta básica e água, que apresentaram aumentos significativamente maiores em comparação à rentabilidade do salário mínimo. Isso reforça a necessidade de políticas de reajuste salarial mais adequadas, que considerem o aumento contínuo dos custos básicos e garantam uma melhoria real no padrão de vida da população.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a evolução do salário mínimo e seus impactos econômicos e sociais, no estado de Mato Grosso do Sul com foco em seu poder de compra e capacidade de cobrir as despesas básicas da população. Através da aplicação de fórmulas de retorno nominal e retorno real, buscou-se compreender como o salário mínimo acompanha ou não o crescimento das principais despesas das famílias brasileiras, como combustível, energia elétrica, cesta básica, esgoto e água, levando em consideração um período de análise de 2013 a 2023.

Os resultados demonstram que, embora o salário mínimo tenha registrado ganhos reais quando ajustado pelo IPCA, ele não é suficiente para cobrir o aumento significativo de despesas essenciais, que apresentaram um crescimento superior, especialmente quando considerado o IGP-M. Isso mostra um descompasso entre a evolução do salário mínimo e o custo de vida, o que compromete a capacidade das famílias de baixa renda de manter um padrão de vida adequado.

No entanto, é importante reconhecer as limitações do presente artigo, a análise considerou um número limitado de variáveis, focando em apenas algumas despesas básicas, o que pode não refletir a complexidade total do orçamento familiar no MS. Além disso, o estudo não considerou em profundidade os efeitos indiretos do aumento do salário mínimo sobre a inflação. Uma análise mais abrangente, que inclua outros indicadores econômicos e sociais, poderia fornecer uma visão mais completa dos impactos do salário mínimo no custo de vida brasileiro.



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

O estudo contribui para o debate sobre a eficácia do salário mínimo como uma ferramenta de combate à pobreza e à desigualdade, também oferece uma visão detalhada sobre como o salário mínimo se comporta frente a despesas essenciais e permite entender melhor se o salário mínimo está efetivamente cumprindo seu papel de garantir a subsistência mínima dos trabalhadores e suas famílias.

Para estudos futuros, seria interessante incluir outras variáveis, como o impacto do salário mínimo sobre a geração de empregos e a economia informal, bem como explorar cenários de longo prazo para que a política de reajuste possa ser mais eficaz e equilibrada.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José E. C. Sistema Tributário como entrave para o desenvolvimento nacional. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, nº 52 (Mai/Ago 2014), p. 19 – 37. 2017.

ARANTES, Daniel Jorge. Um estudo sobre o salário mínimo de 1997 a 2007: poder de compra e variações nominais e reais em relação ao Brasil e ao Paraná.

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 15. ed. Barueri: Atlas, 2022.

BRASIL. Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Institui as comissões de salário mínimo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Todo%20trabalhador%20tem%20direito,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.seção,Rio de Janeiro, RJ, , 21 jan. 1936>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática. Cengage learning, 2016.

BOTELHO, Gabriel Silva et al. (In) eficácia do artigo 7º, IV da Constituição: valor do salário mínimo X custos reais para suprir as necessidades da família média. 2021.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; SERVO, Luciana Mendes Santos. Salário mínimo e bem-estar social no Brasil: uma resenha da literatura. 2002.



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

DIEESE, Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Política de valorização do salário mínimo: Depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC). Dieese – nota técnica, n° 166. Janeiro de 2017 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariuminimo2017.pdf> Acesso em: 10 de fev. de 2024.

DIEESE, Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. O salário mínimo. São Paulo: DIEESE, 1992. 31 p. 21. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade/index.html?page=6>. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

FLORES, Paulo César da Silva. A política da política de salário mínimo no Brasil. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

HIGINO, Lucas Gabriel Diogo. Impacto da inflação no poder de compra e a desvalorização da moeda. Revista Científica Multidisciplinar o Saber, v. 1, n. 12, p. 22-44, 2021.

IGP-M: Resultados 2023, FGV, Fundação Getúlio Vargas. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m> . Acesso em: (13 de dez. de 2023).

GORLA, Marcello CHRISTIANO; DE OLIVEIRA, Cosmo Rogério; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Análise Crítica Comparativa da Utilização do IGP-M e Índices de Preços Setoriais Para a Tradução das Demonstrações Contábeis em Moeda de Valor Constante. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2010.

INFLAÇÃO, IBGE, 2023, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> e <https://ibge.gov.br/Precos-Indices-de-Precos-ao-Consumidor/IPCA/>. Acesso em: (13 de dez. de 2023).

LOPES, Francisco L. A medida da inflação no Brasil. PUC, departamento de Economia, 1985.

MEDEIROS, C. A. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 263-292, ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art2>> Acesso em 14 fev. 2024.

MILTON, Friedman; JACOBSON, Schwartz. Monetary History of the United States 1867-1960. 1963.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786587958064>. Acesso em: 13 fev. de 2024.



XIV SICONF - Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados - Finanças Comportamentais

Processos Tarifários. Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/calendario-de-atividades/processos-tarifarios>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Orientações sobre a folha de pagamento e salário mínimo**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social:métodos e técnicas. São Paulo: Atlas,1989.

SUMMA, Ricardo de Figueiredo. Uma nota sobre a relação entre salário mínimo e inflação no Brasil a partir de um modelo de inflação de custo e conflito distributivo. Economia e Sociedade, v. 25, p. 733-756, 2016.

SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.sanesul.ms.gov.br/evolucao-tarifaria>>. Acesso em: 13 fev. 2024.